

*MORENINHO, NEGUINHO,
PRETINHO*



Cuti

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é destinada a professores da educação infantil e do ensino fundamental. Seu intuito é discutir de maneira direta e com profundidade alguns temas que constituem verdadeiros dilemas para professores diante das discriminações sofridas por crianças negras de diferentes idades em seu cotidiano nas escolas.

Diferenciar é uma característica de todos os animais. Também é uma característica humana muito forte e muito importante entre as crianças, mesmo quando são bem pequenas, na idade em que freqüentam creches e pré-escolas e começam a conviver com outras observando que não são todas iguais.

Mas como lidar com o exercício humano de diferenciar sem que ele se torne discriminatório? O que fazer quando as crianças se dão conta da diferença entre a cor e a textura dos cabelos, os traços dos rostos, a cor da pele? Como evitar que esse processo se transforme em algo negativo e excludente? Como sugerir que as crianças brinquem com as diferenças no lugar de brigarem em função delas?

*Os 10 volumes que compõem a coleção *Percepções da Diferença* chamam a atenção para momentos em que a diferenciação ocorre, quando se torna discriminatória, e sugerem formas para lidar com esses atos de modo a colaborar para que a auto-estima e o respeito entre crianças sejam construídos.*

Os autores discutem conceitos e questionam preconceitos. Fazem sugestões de como explorar as diferenças de maneira positiva, por meio de brincadeiras e histórias, e de leituras que possam auxiliá-los a aprofundar a reflexão sobre os temas, caso desejem fazê-lo.

Para compor a coleção convidamos especialistas e educadores de diferentes áreas. Cada volume reflete o ponto de vista do autor ou da autora de modo a assegurar a diversidade de pensamentos e abordagens sobre os assuntos tratados.

Desejamos que a leitura seja prazerosa e instrutiva.

Gislene Santos

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

VOLUME 3

**MORENINHO, NEGUINHO
PRETINHO**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

**Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade**

André Luiz Figueiredo Lázaro

**COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA.**

Apoio:

Ministério da Educação - Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
Programa UNIAFRO.

Realização:

NEINB - Núcleo de Apoio à Pesquisas em
Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro,
da Universidade de São Paulo - USP.
Coordenação da coleção: Gislene Aparecida dos Santos
Projeto gráfico: Jorge Kawasaki
Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite
Ilustrações: Marcelo d'Saete
Editoração: Nove&Dez Criação e Arte
Revisão: Lara Milani

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0085-7 (Volume 3)

Impresso no Brasil

2007

Sumário

1. M(eu) nome	11
2. Sobrenome.....	17
3. Apelidos ou alcunhas.....	18
4. Diminuindo ou aumentando.....	22
5. Identidade pessoal na voz do outro	24
6. Escravizando pelo nome	25
7. Variações da palavra “negro”	29
8. Discriminação e xingamento.....	35
9. Disputa entre as crianças e a agressão ao nome	42
10. Professor enquanto um decorador de nomes	44
Referências bibliográficas	46
Glossário da Coleção	47

PLANO DA OBRA

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é composta pelos seguintes volumes:

1 - Percepções da diferença. Autora: Gislene Aparecida dos Santos

Neste volume são discutidos aspectos teóricos gerais sobre a forma como percebemos o outro. Para além de todas as diretrizes pedagógicas, lidar com as diferenças implica uma predisposição interna para repensarmos nossos valores e possíveis preconceitos. Implica o desejo de refletir sobre a especificidade das relações entre brancos e negros e sobre as dificuldades que podem marcar essa aproximação. Por isso é importante saber como, ao longo da história, construiu-se a ideologia de que ser diferente pode ser igual a ser inferior.

2 - Maternagem. Quando o bebê pelo colo. Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

Este volume discute o conceito de maternagem e mostra sua importância para a construção da identidade positiva dos bebês e das crianças negras. Esse processo, iniciado na família, continua na escola por meio da forma como professores e educadores da educação infantil tratam as crianças negras, oferecendo-lhes carinho e atenção.

3 - Moreninho, neguinho, pretinho. Autor: Luiz Silva - Cuti

Este volume mostra como os nomes são importantes e fundamentais no processo de construção e de apropriação da identidade de cada um. Discute como as alcunhas e os xingamentos são tentativas de desconstrução/desqualificação do outro, e apresenta as razões pelas quais os professores devem “decorar” os nomes de seus alunos.

4 - Cabelo bom. Cabelo ruim. Autora: Rosângela Malachias

Muitas vezes, no cotidiano escolar, as crianças negras são discriminadas negativamente por causa de seu cabelo. Chamamentos pejorativos como “cabeça fuá”, “cabelo pixaim”, “carapinha” são naturalmente proferidos pelos próprios educadores, que também assimilaram estereótipos relativos à beleza. Neste volume discute-se a estética negra, principalmente no que se refere ao cabelo e às formas como os professores podem descobrir e assumir a diversidade étnico-cultural das crianças brasileiras.

5 - Professora, não quero brincar com aquela negrinha! Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

Este volume trata das maneiras como os professores podem lidar com o preconceito das crianças que se isolam e se afastam das outras por causa da cor/raça.

6 - Por que riem da África? Autora: Dilma Melo Silva

Muitas vezes crianças bem pequenas já demonstram preconceito em relação

a tudo que é associado à África: música, literatura, ciência, indumentária, culinária, arte... culturas. Neste volume discute-se o que pode haver de preconceituoso em rir desses conteúdos. Apresentam-se ainda elementos que permitem uma nova abordagem do tema artes e africanidades em sala de aula.

7 - Tímidos ou indisciplinados? Autor: Lúcio Oliveira

Alguns professores estabelecem uma verdadeira díade no que diz respeito à forma como enxergam seus alunos negros. Ora os consideram tímidos demais, ora indisciplinados demais. Neste volume discute-se o que há por trás da suposta timidez e da pretensa indisciplinada das crianças negras.

8 - Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra. Autora: Antonia Aparecida Quintão

Neste volume se discutem aspectos do universo religioso dos africanos da diáspora mostrando a forma como a religião negra, transportada para a América, foi reconstituída de modo a estabelecer conexões entre a identidade negra de origem e a sociedade à qual esse povo deveria se adaptar. São apresentadas as formas como a população negra incorporou os padrões do catolicismo à sua cultura e como, por meio deles, construiu estratégias de resistência, de sobrevivência e de manifestação de sua religiosidade.

9 - Brincando e ouvindo histórias. Autora: Sandra Santos

Este volume apresenta sugestões de atividades, brincadeiras e histórias que podem ser narradas às crianças da educação infantil e também aspectos da História da diáspora africana em território brasileiro, numa visão diferente da abordagem realizada pelos livros didáticos tradicionais. Mostra o quanto de contribuição africana existe em cada gesto da população nacional (descendentes de quaisquer povos que habitam e colaboraram para a construção deste país multiétnico), com exemplos de ações, pensamentos, formas de agir e de observar o mundo. Serve não só a educadores no ambiente escolar, mas também ao lazer doméstico, no auxílio de pais e familiares interessados em ampliar conhecimentos e tornar mais natural as reações das crianças que começam a perceber a sociedade e seu papel dentro dela.

10 - Eles têm a cara preta. Vários autores

Este exemplar apresenta práticas de ensino que foram partilhadas com aproximadamente 300 professores, gestores e agentes escolares da rede municipal de educação infantil da cidade de São Paulo. Trata-se da Formação de Professores intitulada Negras imagens. Educação, mídia e arte: alternativas à implementação da Lei 10.639/03, elaborada e coordenada por pesquisadoras do NEINB/USP simultânea e complementarmente ao projeto Percepções da Diferença Negras e brancos na escola.

O Autor:

Cuti é pseudônimo de Luiz Silva. Nasceu em Ourinhos-SP, a 31.10.1951. Formou-se em Letras (Português-Francês) na Universidade de São Paulo, em 1980. Mestre em Teoria da Literatura e Doutor em Literatura Brasileira pelo Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp – 1999/2005). Foi um dos fundadores e membro do Quilombhoje-Literatura, de 1983 a 1994, e um dos criadores e mantenedores da série Cadernos Negros, de 1978 a 1993. Publicou: Poemas da carapinha., 1978; Batuque de tocaia., 1982 (poemas); Suspensão., 1983 (teatro); Flash crioulo sobre o sangue e o sonho., 1987 (poemas); Quizila., 1987 (contos); A pelada peluda no Largo da Bola., 1988 (novela juvenil); Dois nós na noite e outras peças de teatro negro-brasileiro, 1991; Negros em contos, 1996; Negroesia, 2007 (poemas).

Sites: www.luizcuti.silva.nom.br
www.lyrikline.org
www.quilombhoje.com.br/
www.letras.ufmg.br/literafro

Projeto gráfico: Jorge Kawasaki

Diretor de Arte e designer gráfico, iniciou a carreira em 1974, trabalhou em empresas como Editora Abril e Editora Globo. Criou e produziu vários projetos como colaborador na Young&Rubican, Salles, H2R MKT, Editora K.K. Shizen Hosoku Gakkai (Tôquio, Japão), entre outras.

Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite

Teóloga, Artista Plástica, Acadêmica da Academia de Letras, Ciências e Artes da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. Assina as Obras de Artes como Zul+

Ilustrações internas: Marcelo d’Salete

É ilustrador e desenhista / roteirista de histórias em quadrinhos. Ele mora em São Paulo, capital, estudou comunicação visual, é graduado em artes plásticas e atualmente mestrando em História da Arte. Seu tema de estudo é arte afro-brasileira. Ilustrou os livros infantis Ai de tí, Tietê de Rogério Andrade Barbosa; Duas Casas, de Claudia Dragonetti; entre outros. Participou da Exposição Conseqüências do Injuve, Espanha, 2002; da Exposição de originais da revista Front no FIQ, MG, 2003; e da Exposição Ilustrando em Revista, Editora Abril, 2005. Foi finalista do Concurso Folha de Ilustração 2006.

Cuti

VOLUME 3

MORENINHO, NEGUINHO PRETINHO

SER OU NÃO SER
O racismo que existe,
o racismo que não existe.
O sim que é não
o não que é sim.
É assim o Brasil
ou não?

Oliveira Silveira
(Cadernos Negros 11 – Poemas)

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

Organização
Gislene Aparecida dos Santos

1ª edição
São Paulo
Ministério da Educação
2007

1. M(EU) NOME

Se em meio a uma multidão alguém gritar o seu nome, caso você esteja com a mente envolta em preocupações de chegar a seu destino, de resolver problemas imediatos, ou apenas divagando, tricotando sonhos de um amanhã melhor, ou, quem sabe, de um novo amor, sentirá que algo dentro de si se alterou, apagando repentinamente o seu fluxo interior. Um movimento incontrolável a pessoa acionou em você e, portanto, deve ser alguém cuja imagem pertence intimamente à sua memória. De uma hora para outra você foi tomado pela necessidade de realizar uma investigação.

Aquele ato simples implica inúmeras funções cerebrais e também o acionamento de uma atenção redobrada de nossos sentidos. A primeira coisa que nos ocorre é a pergunta: será que é comigo? Ou seja, pode se tratar de alguém chamando outra pessoa e não eu. Aqui precisamos distinguir as partes em que se compõe o nome: prenome, sobrenome e cognome. Na ordem em que são escritos, significando, em língua portuguesa, o primeiro uma referência pessoal e os dois últimos quase sempre caracterizando, na atualidade, a família, pois no passado significavam o grupo maior, do qual a família fazia parte, como, por exemplo, o clã. Há línguas, como húngaro, chinês, japonês ou coreano, em que o nome da família é posicionado no início.

Quanto mais o seu prenome pertencer a muitos indivíduos, mais a dúvida suscitada pelo chamado anônimo levantará a sua crina. Se você se chamar Maria ou José, há probabilidade maior de o chamamento ser para outra pessoa, dada a grande popularidade desses prenomes, do que se for Priscila ou Aristides. O importante é que a dúvida aciona a nossa memória subitamente. Em primeiro lugar, vamos tentar reconhecer a voz, depois buscar um rosto que seja familiar. Isso tudo ocorre em fração de segundos. Entramos em processo de alerta porque fomos estimulados pelo poder que tem a palavra. Mas, nesse caso, não se trata de alguém gritando “fogo!” ou “cuidado!”, o que também nos faria dar um salto de atenção, pelo nosso próprio instinto de sobrevivência, pois pensaríamos imediatamente: “Se há perigo, eu quero

me salvar!”. Quando alguém chama nosso prenome é como se acendesse em nós outra chama, a chama da nossa identidade, exatamente porque só nos reconhecemos enquanto nós mesmos porque existem pessoas que nos reconhecem, afirmam o nosso ser e dizem que somos alguém. Fenômeno muito profundo, quando chamados, somos movidos em direção à confirmação: “Trata-se de uma pessoa conhecida?”, “É comigo mesmo que está falando?”. É como se um raio de luz nos elevasse acima da multidão ou do espaço vago onde a nossa identidade estivesse submersa.

O que é, portanto, esse conjunto de letras, essa unidade sonora e significativa, a palavra que nos caracteriza como nós mesmos? Creusa, Ayana, Pedro, Ayodele, Simone, Abímbola, Sérgio, o que



essas palavras têm de diferente das outras, que são capazes de fazer repentinamente uma pessoa ser levada a acionar os meandros de sua personalidade em busca de confirmação?

É que a palavra que nos designa individualmente nos remete ao processo em que fomos – a partir dos 3 anos e meio até os 9 – tomando consciência de que somos diferentes de tudo e de todos, de que somos apenas um(a).

Também o nome nos foi dado, geralmente, em cerimônia, o que caracteriza o seu sentido inaugural na sociabilidade. O batismo – nas mais variadas formas que se apresente – tem como elemento fundamental o nome, palavra em que as intenções, dos pais ou demais parentes, são projetadas para nos ligar a algum ancestral, alguém da família ou amigo, ou simplesmente para garantir simpatia futura nas relações sociais através de palavra agradável aos ouvidos, que tenha como referência pessoas de prestígio ou, ainda, traga um significado positivo, apesar de que poucas pessoas conhecem o significado da própria palavra que o identifica.

A princípio, a criança repete seu próprio nome como se fosse de outro alguém, fala de si em terceira pessoa, entretanto, os pais, ao tocarem nela e pronunciarem-lhe o nome, ajudam-na a relacionar seu próprio corpo à palavra que será, aos poucos, alçada à sua subjetividade na consolidação de um Eu que passa a perceber a si mesmo, inclusive enquanto impressão sonora.

No começo das organizações humanas, ninguém tinha nome. Isso antes da invenção da língua. Naquele tempo predominavam o gesto e seu parceiro, o grunhido, que apareceu em seguida. Podemos, para nos remeter ao processo vivido por nossos antepassados – guardadas as devidas alterações culturais e estimuladoras –, lembrar como se dá na criança de nossos dias o aprendizado da língua. “Muito antes de aprender a falar, a criança já descobriu outros meios, mais simples, de comunicar-se com outras pessoas. Os gritos de aflição, de dor e fome, de medo ou susto, que encontramos em todo o mundo orgânico, prin-

cipiam a assumir nova forma. Já não são simples reações instintivas, pois são empregadas de maneira mais consciente e deliberada. Quando fica sozinha, a criança exige, por sons mais ou menos articulados, a presença da ama ou da mãe, e percebe que estas exigências surtem o efeito desejado” (Cassirer, 1972, p. 176-177). A emissão de sons primitivos foi a base da língua.

O ser humano, vivendo em grupo, teve no som o fator básico da distinção entre um indivíduo e outro, quando presentes ou ausentes, e, portanto, o grunhido começou a se diferenciar não apenas para destacar o universo das coisas inertes e dos bichos, mas também para assinalar a singularidade da pessoa.

Na sabedoria das mais diversas culturas e povos de nosso planeta há uma grande preocupação com a nomeação de seus membros. Nei Lopes, em *Kitábu: o livro do saber e do espírito negro-africanos*, destaca que, para o ser humano: “O nome o individualiza, situando-o no grupo, mostrando sua origem, sua atividade e sua realidade. Dar nome a alguém ou conhecer o nome íntimo equivale a descobrir sua natureza”. Quando se refere ao “nome íntimo”, o autor indica a profundidade de algo a princípio tão simples ou, em outros termos, banalizado. No ambiente das cidades já contamos com livros que relacionam prenomes de diversas procedências e significados, tendo, assim, os pais, uma preocupação de pesquisa distante daquelas pessoas que participam de comunidades tradicionais ou religiosas preservadoras de preceitos para nomear o recém-nascido ou o iniciado, no caso das religiões.

A antroponímia, ciência que estuda os nomes pessoais, revela que o princípio da nomeação humana foi mesmo para caracterizar o indivíduo. O nome que recebemos para marcar a nossa individualidade ajudou-nos na caminhada de deslumbramento para conseguirmos ser nós mesmos, tendo consciência disso. Contudo, para efetuarmos essa proeza foi preciso assumir a fase da birra e a da teimosia.

A impertinência da criança, de que professores e pais costumam reclamar tanto, tem várias causas. Vamos destacar apenas duas, presentes



na maioria dos casos. Uma ocorre quando, através da birra, a criança expressa a sua angústia de ainda não conseguir dizer nem aprender tudo o que deseja, por falta de domínio da linguagem. Essa irritação prossegue, com os disfarces da educação, na fase adulta. Aparece, por exemplo, quando nos sentimos intimidados e pronunciamos frases como: “Não sei como expressar...”, ou “Não tenho palavras para agradecer...”, ou ainda “Não sei como explicar...”. Surge também quando temos de dar ou pedir informação em uma língua estrangeira, de cujo conhecimento não dispomos a contento.

A outra causa se refere à afirmação pessoal e se dá pela teimosia. É a maneira que a criança encontra de dizer para si mesma: “Eu sou eu, e só posso ser eu se eu for diferente”. Também essa teimosia vai se projetar no futuro, com inúmeros disfarces, na fase da adolescência sobretudo, mas também em indivíduos adultos, na chamada crise dos 30, dos 40, quando a pessoa sente a compulsão de fazer um balanço de sua vida e, muitas vezes, a altera significativamente.

Se a birra expressava a angústia de querer se comunicar sem conseguir, nos primeiros tempos de tentativa de dominar a linguagem, a teimosia é o ensaio do argumento para, através do “não” que a criança diz para o outro – com palavras ou atitudes –, dizer “sim” para si mesma, dizer “eu existo”. É também uma reação aos inúmeros “nãos” e ameaças que os adultos dirigem a ela nas sucessivas etapas de seu processo educacional, em casa ou na escola. Só afirmando a diferença em relação aos outros é que a criança consegue ser igual a si mesma, ou seja, ser alguém, afastar-se das imitações de ser o outro. Essa luta faz parte da constituição da personalidade. Ainda assim, com todo o empenho por nos diferenciar dos outros, quando levamos em consideração que o nome é o que possuímos de mais seguro, esquecemos o fato de ele ter sido imposto por alguém sem o nosso consentimento, esquecemos porque nos apropriamos dele como quem se agarra a uma bóia no mar das múltiplas identidades que terá de manipular ao longo de sua existência, mas que, para chegar a fazê-lo, terá de partir de algo firme, que tenha ressonância social: o nome. A idéia de manipulação de identidades está desenvolvida sob o ponto de vista étnico em *Caminhos da identidade*, livro de autoria de Roberto Cardoso de Oliveira, principalmente no capítulo “O Eu, suas identidades e o mundo moral”. O autor, alertando para o livre-arbítrio do indivíduo, assinala: “(...) as condições de possibilidade da própria manipulação de identidades por uma pessoa, um *Self*, estão na integridade desse Eu e, isto, na proporção em que ele exercita sua liberdade de decisão – uma decisão refletida que o coloca no espaço da ética. ‘Ética’ – como escreve Foucault – ‘é a prática consciente (*réfléchie*) de liberdade’” (Oliveira, 2006, p. 83).

O nome está, dessa forma, ligado intimamente à própria noção do que nos permite dizer “Eu”.

Analisando nas gramáticas a referência a nomes próprios, chegamos à conclusão de que aquilo que difere tais palavras de outras é o fato de elas darem uma particularidade (ou várias) à “coisa” que designam.

É certo que não há um só João no mundo. Mas quando alguém

recebe este nome é uma forma de distingui-lo entre outros tantos que não são chamados de João, e, em face do problema de várias pessoas terem o mesmo nome, a humanidade particularizou mais ainda, para dizer que aquele indivíduo poderia ser diferenciado por outro detalhe: o sobrenome.

2. SOBRENOME

Os agrupamentos humanos geraram também a sua própria identidade. Certamente um grunhido primordial a caracterizou. Daí que o indivíduo, além de ter como referência a sua identidade pessoal, concretizada na percepção de seu próprio corpo, teve também a sua marca de grupo, sua marca sonora que um dia foi gravada por ele mesmo como uma segunda noção de si.

O sobrenome tem sua história na identidade coletiva, que se **sobre-**põe ao **nome**. Todos os membros de um grupo têm, pois, uma marca sonora em comum, que, assim como a primeira, deverá acompanhar o indivíduo pelo resto de sua vida. Prenome e sobrenome (incluindo aqui o cognome) revelam o sentido de harmonia e tensão que vai estar presente na relação entre o indivíduo e a sociedade.

Se inicialmente um só nome bastava para distinguir um indivíduo, com o tempo houve a necessidade de acrescentar novas distinções em razão de vários indivíduos passarem a ter o mesmo nome, primeiro em grupos diferentes e, depois, com o crescimento populacional, dentro do próprio grupo. Com essas sobrecaracterizações buscou-se no próprio indivíduo os traços da sua distinção como já havia sido no prenome. A Idade Média européia exemplifica bem essa caracterização, quando, de um único nome, as pessoas passaram a ter outro ligado a algo de realce em seu físico (Grande, Forte), na localidade ou proximidade de moradia (Serra, Lago, Rio, Fontes), na sua atividade diária de sobrevivência, caracterizada pelo produto ou pelo instrumento de trabalho (Oliveira, Limeira, Laranjeira, Ferreira, Machado), nas características assemelhadas aos animais ou à

sua criação (Coelho, Carneiro, Leitão), no cultivo de plantas (Flores, Margarido, Rosa) etc. Com o tempo os indivíduos foram atribuindo essas palavras adicionais a seus descendentes, formando, assim, a caracterização familiar, que foi acrescida, também, do nome da comunidade de várias famílias para diferenciá-las de outras.

Os sobrenomes também foram multiplicados pela imposição cultural de um grupo a novos grupos, como foi comum em países colonizados como o Brasil. Aqui, por exemplo, a “família” Silva é imensa e já não mais caracteriza um grupo, e sim um conjunto de grupos e indivíduos diferentes quer social, étnica ou culturalmente. Ainda assim, na vida prática esse sobrenome cumpre o seu papel de distinção entre uma pessoa e outra até quando não for mais possível. Aí, então, a palavra cede seu espaço para novos acréscimos diferenciais. A Lei Federal de Registros Públicos nº 6.015, de 1973 – que versa sobre as questões relativas a nomes –, em seu artigo 64, determina que irmãos gêmeos ou não, a que se pretenda dar o mesmo prenome, tenham prenome duplo (Ex.: João Luís, João Antônio) para que sejam diferenciados.

3. APELIDOS OU ALCUNHAS

Assim como o prenome e o sobrenome, o apelido (no sentido popular, pois tecnicamente significa o mesmo que sobrenome) serve para gerar na pessoa invocada a sua movimentação interna, o afloramento da sua identidade pessoal. Existe, pois, para realizar o seu chamamento. Se um nome é dado como um fator de identidade pessoal, geralmente visando à auto-estima – salvo os nomes esdrúxulos, como Antônio Dodói, Jacinto Fadigas Arranhado etc. –, um apelido nem sempre realiza essa função de forma positiva, pois ele pode ser impingido como conseqüência do relacionamento agressivo entre as pessoas, gerado a partir de uma disputa e do desejo de se auto-afirmar através da humilhação do outro, com vistas a desqualificá-lo perante as pessoas das relações em comum. Analisando as diferenças das línguas e a possibilidade de traduzi-las, Clyde Kluckhohn chama a atenção para seus aspectos relacionais: “Se as palavras se referissem apenas a coisas, a



tradução seria relativamente simples. Mas também se referem às relações entre as coisas e aos aspectos tanto subjetivos quanto objetivos dessas relações. Em diferentes línguas, as relações são variadamente concebidas” (Kluckhohn, 1963, p. 156). A comunicação humana é impregnada de subjetividade e, como vimos, coisas, animais, vegetais, tudo acaba construindo a própria identidade pessoal do nome. Daí ser um fenômeno intimamente relacional.

Nome e apelido são como eixos que permitem às relações interpessoais se movimentarem para um lado ou para outro, para a respeitabilidade, tolerância, acolhimento, ou para seu contrário.



Quem tem inimigos não gosta de lhe pronunciar o nome, evita. Quando tem necessidade de fazer isso, acrescenta ao nome uma palavra que o caracteriza negativamente ou apela para uma palavra nova que cumpra o mesmo objetivo, neste caso, um apelido. É como se, ao pronunciar o nome do oponente, fosse agredido por algo ameaçador que ele contém, a própria identidade do outro. Esse sentido mágico do nome está bem acentuado na arte e no folclore brasileiro e de outros países, no tópico das superstições. O demônio, por exemplo, no romance *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, apresenta vários apelidos, menos o seu nome próprio. O narrador-personagem toma, assim, o cuidado para não invocá-lo, evitando usar-lhe o nome.

Há, entretanto, o apelido afetivo, aquele criado para demonstrar ternura à pessoa apelidada. Nas famílias, em geral, ele propicia maior aproximação entre seus membros. Surge, por vezes, da corruptela do nome próprio, de algum comportamento que sobressai ou, ainda, de traços físicos que se pretende destacar. Ainda assim, mesmo no seio familiar, pode ocorrer de o apelido derivar de um propósito de humilhar um de seus membros, pois aí também se dá a disputa, por um motivo ou por outro, gerando agressividade e violência.

É comum que marginais tenham apelido. Nesse caso, além das várias possibilidades pejorativas de seu surgimento, há a intenção de encobrir a identidade oficial, por questões de segurança pessoal, ou, quando foi imposto por policiais, para punir, violentando-a. No caso dos marginais, na crônica dos delitos, usa-se a expressão “alcunha”. A princípio, a alcunha era tão-somente o nome de lugar, planta ou animal que se acrescentava ao nome, constituindo um sobrenome. Depois se tornou, também, atributo que reis davam a vilas e cidades para distingui-las. Contemporaneamente é um apelido depreciativo, empregado nas ocorrências criminais. Igualmente, travestis e prostitutas utilizam-se dos chamados “nomes de guerra”, com vistas a manter sua identidade oficial intacta. Nesses casos os tais apelidos são quase sempre autodenominações estratégicas, assemelham-se aos pseudônimos que muitos escritores utilizam para poder veicular suas idéias com maior margem de segurança diante de seus adversários, protegendo a sua verdadeira identidade.

Apelidos podem nascer no interior de uma família e ganhar as ruas ou fazer o sentido inverso. Sua adesão pelo apelidado também sofre variações. Um apelido hoje aceito pode ser recusado amanhã e vice-versa, na dependência dos significados que, na relação com o outro, vai assumindo.

4. DIMINUINDO OU AUMENTANDO

Ainda que a língua que falamos sirva para a comunicação de idéias e sentimentos advindos da experiência de cada um, novas relações também são condicionadas pelos elementos constitutivos do próprio idioma, herança dos falantes que viveram antes de nós (Kluckhohn, 1963, p. 162).

O português oferece, assim como outras línguas, recursos para composição de palavras a partir do essencial de outra, a parte chamada radical. No caso dos apelidos, recorremos, por vezes, a essa possibilidade. Em vez de outra palavra, transformamos o nome original através do uso do sufixo. Os mais utilizados são o “inho(a)” e o “ão” ou “ona”, caracterizando diminutivo e aumentativo, respectivamente.

Não se podem determinar precisamente, antes de uma análise, quais os sentimentos e intenções envolvidos na adoção desses dois sufixos, pois as possibilidades vão de um extremo a outro, traduzem o

“simbolismo intensamente emocional da linguagem”
(Kluckhohn, 1963, p. 151).

Os dois direcionamentos (diminuir ou aumentar), contudo, são balizas que vão condicionar o tratamento dispensado à pessoa. Se quem recebeu o “inho(a)” tem estatura grande, o objetivo de destacar alguém de menor estatura falhou, restando, portanto, outras possibilidades que nos remeteriam à afetividade e à consideração. Tratar-se-ia, pois, de um mimo para a pessoa. Da mesma forma que “ão” ou “ona”, se não forem para dar destaque ao físico de alguém, serão empregados para ressaltar traços relevantes de personalidade.

Tais sufixos são de emprego muito corrente em nossa sociedade, servindo até para alterar a configuração mesmo de prenomes. Suas funções diretas, de diminuir ou aumentar, servem a várias intenções.

Quando uma pessoa ganha um apelido completamente diferente de seu nome, acrescido dos sufixos, aí fica mais provável a intenção de marcar o outro com o ferro da ofensa, da gozação ou do desprezo. O sufixo estaria atuando como sobrecarga verbal. Nesses casos, até que o indivíduo assuma a expressão de seu batismo profano e a contragosto, poderá ser envolvido pelo sentimento de vergonha, ódio ou orgulho compensador.



5. IDENTIDADE PESSOAL NA VOZ DO OUTRO

Raríssimas são as pessoas que escolheram seus próprios nomes. Eles são, por hábito e costume, como já vimos, atribuição dos outros. Quando nos damos conta disso, já é tarde. Já temos o nome reconhecido, gostemos dele ou não.

Muitas pessoas realizam a batalha judicial para alterar o nome que não lhes agrada, mas a Lei nº 6.015/1973, já citada, em seu artigo 57, declara: “O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa” (Oliver, 2005, p. 10). Além dessa possibilidade restrita de alterar o nome, as demais só por sentença judicial, quais sejam, nos casos de nomes esdrúxulos, erros de grafia, inclusão no sobrenome de apelidos públicos, inclusão no programa de testemunhas, alteração da identidade sexual, adoção (Oliver, 2005, p. 8-9). Essa dificuldade para troca de nome, se, por um lado, preserva a ordem social que necessita estarem os indivíduos bem identificados para que assumam a responsabilidade por seus atos, no caso dos nomes esdrúxulos ou mesmo comuns, por outro, encobre problemas psíquicos muitas vezes graves, como psicoses e neuroses geradas a partir da relação da pessoa com seu próprio nome. No livro *Le traumatisme du prénom* (O trauma do nome próprio), o escritor François Bonifaix estuda a ocorrência de problemas dessa natureza.

A maioria das pessoas, não disposta aos enfrentamentos judiciais, morosos e desgastantes, como ainda infelizmente são no Brasil, aceita o nome que lhe foi dado e leva a vida, dando jeito de rebater gozações que, porventura, tenha de enfrentar por causa dele.

Com relação ao apelido, uma pessoa que se aborrece quando atende ao chamamento de outrem, tendo em vista seu desgosto pela palavra usada para identificá-la, acaba por desenvolver uma identidade fraturada. Reconhece que foi vencida pela persistência do grupo, curvou-se diante do processo de sua própria humilhação e, assim, amargará o peso

da imposição advindo de uma luta na qual se considerou derrotada, o peso que levará fixo em sua própria individualidade, como uma canga. Isso porque o apelido, nesse caso, foi uma imposição, diferente do nome, que não agradou a própria pessoa a quem foi atribuído. Não tem característica oficial e, quase sempre, é inventado e impingido quando a sua “vítima” já tem discernimento dos valores que predominam na sua sociedade. Diferentemente, nesse aspecto, o nome oficial nos é imposto quando ainda somos bebês e, em geral, dito com suavidade e associado ao período de intimidade com nossa mãe, torna-se um bem, mesmo às vezes tendo sonoridade ou significados que possam causar algum constrangimento. Salvo nos casos de nomes esdrúxulos ou ainda, como já vimos, quando ao nome foram associados aspectos traumatizantes da experiência vivencial.

Nomes e apelidos demonstram que precisamos do outro para nos reconhecer e constituem o espelho imediato no qual nos miramos e nos damos por encontrados, ou, muitas vezes, perdidos.

6. ESCRAVIZANDO PELO NOME

Era o nome do santo do dia, no calendário católico, que se usava para alterar a identidade africana da pessoa escravizada no Brasil. O novo vínculo cristão já dizia que ela passava a pertencer, de alguma forma, a outra religião diferente da de sua origem, quisesse ou não. Assim, a mudança do nome coincidia com o batizado, portanto, com a imposição de novas divindades. O prisioneiro africano trazido para o Brasil, além de ser submetido a outra língua, era também forçado a assumir os seus valores, pois:

“Toda língua é também um modo especial de encarar o mundo e interpretar a experiência. Oculto na estrutura de cada diferente idioma, acha-se todo um conjunto de suposições inconscientes a respeito do mundo e da vida nele” (Kluckhohn, 1963, p. 158).

A escritora brasileira Ana Maria Gonçalves, em seu romance intitulado *Um defeito de cor*, em que narra, em primeira pessoa, a vida de Luísa Mahin, mãe do abolicionista Luiz Gama, apresenta o drama do africano escravizado no Brasil, diante dessa agressão à sua identidade nominal. A personagem-narradora, antes de desembarcar na Ilha dos Frades, na Bahia, conta:

“Nós não víamos a hora de desembarcar também, mas, disseram que antes tínhamos que esperar um padre que viria nos batizar, para que não pisássemos em terras do Brasil com a alma pagã. Eu não sabia o que era alma



pagã, mas já tinha sido batizada em África, já tinha recebido um nome e não queria trocá-lo, como tinham feito com os homens. Em terras do Brasil, eles tanto deveriam usar os nomes novos, de brancos, como louvar os deuses dos brancos, o que eu me negava a aceitar, pois tinha ouvido os conselhos da minha avó. Ela tinha dito que seria através do meu nome que os voduns iam me proteger..” (Gonçalves, 2006, p. 63).

A personagem consegue fugir, atirando-se ao mar, mas logo é capturada e, mesmo sem a presença do padre, é obrigada a escolher um dentre os “nomes de brancos”. Diz a personagem-narradora:

“A Tanisha tinha me contado o nome dado a ela, Luísa, e foi esse que adotei. Para os brancos fiquei sendo Luísa, Luísa Gama, mas sempre me considereei Kehinde. O nome que a minha mãe e a minha avó me deram e que era reconhecido pelos voduns, por Nana, por Xangô, por Oxum, pelos Ibêjis e principalmente pela Taiwo [a irmã falecida]. Mesmo quando adotei o nome de Luísa por ser conveniente, era como Kehinde que eu me apresentava ao sagrado e ao secreto” (Gonçalves, 2006, p. 73).

Essa situação de romance nos dá a dimensão não só da violência sofrida, mas também da resistência de milhões de mulheres e homens para não perderem a identidade de origem e garantir um legado para as gerações futuras, sobretudo através das religiões afro-brasileiras, que mantêm, como em todas as crenças, singular atenção para com a atribuição de nomes aos seus seguidores. No candomblé de origem banta e na umbanda, aqueles que se iniciam recebem, na seqüência de rituais de que participam, a sua dijina, ou seja, seu nome religioso. No candomblé de origem *ketu*, esse nome é conhecido como orucó.

A par da religiosidade, várias crianças negras brasileiras atual-

mente têm nomes africanos em seus registros oficiais. No número 11 da série *Cadernos Negros* (1988), editada pelo Quilombhoje, grupo de escritores de São Paulo, há fotos e nomes de algumas dessas crianças, que hoje já são adultos. Seus pais, conscientes do processo vivido pelos antepassados durante o período escravista, tentam, através de tal gesto, reverter a simbologia daquela imposição de nome europeu. Isso traz novo elemento para a questão do nome e sua aceitação no âmbito social. Em todas as sociedades há grupos hegemônicos. São eles que distribuem as cartas dos costumes, dos valores morais e estéticos, porque controlam o poder político e financeiro. Tudo o que foge de seus padrões torna-se passível de agressão direta ou indireta.

As reações adversas de pessoas que rejeitam a identidade racial afro-brasileira são compreensíveis mas não aceitáveis. Ainda que nomes como Fatumbi, Ayana, Kayodê e outros tantos não façam parte do usual, a diferença deve ser respeitada. Tais nomes revelam atitudes diante da cultura da imposição de valores. Ora, se desde os tempos coloniais predominam os nomes de santos católicos, tal situação não precisa continuar, mesmo porque reflete as violências do passado.

As publicações de relações de nomes no Brasil ainda não contemplam nomes africanos, incluindo livros com títulos abrangentes como *Todos os nomes do mundo*, de Nelson Oliver, que deixa fora a África, a Ásia e a Oceania. A mensagem subliminar de títulos pretensiosos como esse, em face de seu limitado conteúdo, é a de que o mundo é a Europa.

Depois de séculos de opressão escravocrata e racista, os nomes africanos de crianças brasileiras ainda são estigmatizados, pois racistas fazem deles distorções e analogias que possam produzir palavras engraçadas ou ridículas. Afinal, uma pessoa racista sempre buscará motivos para discriminar. Ao perceber que o negro assume sua origem, sente-se ofendida, como se a vítima o ameaçasse com sua busca de identidade histórica e cultural. Tudo o que represente auto-estima para a pessoa discriminada ofende o discriminador. O nome africano

representa, no jogo das relações, um elemento que, por si só, instiga o racista a sair de sua toca e a revelar a sua aversão doentia ao outro, negando-se a lhe pronunciar naturalmente o nome, como se ao fazê-lo perdesse sua superioridade ilusória. Ou seja, quando uma pessoa não gosta de alguém, sente-se ofendida ao perceber que esse alguém lhe demonstra gostar de si mesmo, pois isso confronta com o que ela sente e deseja: a infelicidade para o outro.

7. VARIAÇÕES DA PALAVRA “NEGRO”

Não é difícil encontrarmos pessoas brancas chamando-se mutuamente de “nego” ou “nega”. No Brasil, fixaram-se na cultura inúmeras expressões advindas da vida colonial e da maneira de falar dos africanos e afro-descendentes. A palavra “negro”, uma das que têm maior número de significados nos dicionários brasileiros, além dessa variedade, apresenta suas corruptelas e sinônimos que serviram e servem tanto para o bem quanto para o mal.

Atribuída ao escravizado, a palavra “negro” servia no contexto social anterior à Abolição para estigmatizar, para demonstrar, a todo momento, o *status* de inferioridade da pessoa a quem ela era atribuída. Servia para humilhar e, em contrapartida, para fazer com que o racista se sentisse um vencedor diante do outro não-branco. Em outros termos, era um palavrão com o qual se ofendia o outro, dizendo-lhe que ele era escravo.

E hoje, quando nos campos de futebol torcedores ofendem jogadores afro-descendentes ou africanos com a mesma palavra, o que mudou? E quando, nas escolas, crianças brancas usam a palavra “negro” também como xingamento? A idéia é a mesma: o branco tenta se afirmar como superior por ser branco. Sua remissão é ainda a escravidão que há mais de 100 anos foi extinta. Ao ofender o outro com a palavra “negro”, o racista está tentando dizer que ele, branco ou mestiço, é descendente de escravizadores e, portanto, mais importante que os descendentes de escravizados. Muitas pessoas usam esse expediente de humilhar sem

consciência, pelo fato de que a prática da discriminação racial “naturalizou-se”, tornou-se hábito entre os brancos. É entre aspas mesmo porque não é natural para quem é discriminado continuar sendo.

Mas, como foi dito, a palavra “negro” sofreu várias mutações, gerando outras palavras, suas variantes, tanto no campo formal quanto semântico.

No início deste capítulo, lembrávamos o uso entre brancos da expressão “nego” (com a pronúncia *nêgo*). Entre negros e mestiços isso ocorre também. Essa mesma variante pode ser empregada para exprimir admiração e carinho como para projetar ódio e desprezo. É a circunstância que vai nos revelar a intenção do falante. Contudo, o uso afetivo, que nos remete a certa intimidade na relação, oferece algumas pistas. Ao juntar o possessivo “meu” ou “minha” antes do termo “nego” (com a pronúncia *nêgo*), tem-se o acolhimento do outro. Ao contrário, quando se emprega o também possessivo “seu”, o falante atira no outro a carga semântica da ofensa escravista, como se dissesse ao ouvinte que é dele (“seu”) o defeito de ser descendente de africanos escravizados. Como o acento diferencial não existe mais, para o caso de “nego”, substantivo, e “nego”, do verbo negar, tem-se a impressão de ocorrer uma contaminação semântica por causa do circuito racista do pensamento. Tais persistências psíquicas atuam na mente patológica no sentido contrário ao da ciência, que já demonstrou não haver raças, que dirá superioridade ou inferioridade entre elas.

Edilson Marques da Silva, em sua obra *Negritude e fé*, revela que, em uma entrevista feita com o representante do Brasil no Projeto Genoma Humano, Sérgio Danilo Pena, o cientista, acerca do racismo, argumentou:

“Todos os estudos da diversidade humana, principalmente os que usam o DNA, têm demonstrado que a variação no interior dos chamados grupos raciais é infinitamente maior do que a variação entre esses próprios grupos. Em outras palavras: eu,

que sou branco, sou geneticamente tão diferente de outra pessoa branca quanto de um negro africano. Se eu tiver acesso às ‘impressões digitais’ do DNA (código genético) de dez negros, dez ameríndios e dez chineses, eu não vou saber quem é de qual grupo” (Silva, 1998, p. 55-56).

Isso porque, como constata Jacques d’Adesky, em “Racismo e discriminação”:



“Outros estudos que procuram analisar a diversidade humana mostram que não é entre os grupos, mas, sim, entre os indivíduos que constatamos a maior variedade”.

E, apesar dessa variedade entre os indivíduos, prossegue argumentando o autor:

“Foi constatado que, em média, a diferença de uma pessoa para outra é de pouco mais de 0,01%. Isso significa que todos os seres humanos são 99,99% idênticos do ponto de vista biológico” (In Borges et al, 2002, p. 46).

Apesar das provas científicas, a memória coletiva continua atualizando simbolicamente as idéias racistas através da linguagem cotidiana, que não é a mesma da ciência biológica. Também nas ciências sociais há a persistência do termo “raça”, pois a própria necessidade de reversão das injustiças apela para ele.

Nas letras de samba ou mesmo em outros estilos da música popular brasileira, a palavra “nega” aparece com frequência, também com as duas conotações, afetiva e ofensiva. Em “O teu cabelo não nega”, os compositores Lamartine Babo e os Irmãos Valença renegam a cor da mulata (“Mas como a cor não pega, mulata/ Mulata eu quero o teu amor...”). A ojeriza à melanina apurada – pois todas as pessoas saudáveis têm uma dose dessa substância na pele – revela sua face, deixando também entrevista uma neurose de característica mais primitiva: o medo do contágio, como se a pele escura fosse uma doença, neurose que, atualmente, está bastante disfarçada, considerando que o bronzeamento se tornou um item da padronização da beleza no Brasil. Também, ao empregarem o verbo negar, na forma “nega” (“O teu cabelo não nega”), no verso que inicia a música, os autores certamente foram movidos pela proximidade sonora do substantivo “nega”, com som fechado. Por ser do feminino, quando ganha sentido ofensivo,

agrega-se ao termo a pejoração machista, desqualificando moralmente a mulher a que se refere. A ela não se atribuirá apenas a descendência africana, mas sobretudo a condição de objeto sexual (“Tens um sabor...”), com toda a lisonja das demais estrofes. Com esse conteúdo, foi o maior sucesso no carnaval carioca de 1932. O cenário aqui é o mais comum, três homens brancos compondo música que tem como tema a mulher negra de pele clara.

A expressão “nego”, quando tem o sentido de ofensa direta, é também utilizada para apontar um sujeito indeterminado, um indivíduo qualquer, com laivos de mau-caráter.

Quando as corruptelas “nego” ou “nega” recebem o sufixo “inho” ou “inha”, respectivamente, a ambigüidade também ocorre. Pode-se estar acolhendo ou desprezando. No contexto das intenções, o **tom** da voz é a marca registrada mais perceptível. Por ele se percebe o sentimento que está em jogo. Ainda assim, o que foi dito para os termos “nego” e “nega” continua valendo para seus diminutivos. Aliás, na linguagem corriqueira paulistana, emprega-se bastante a expressão “neguinho” para caracterizar qualquer indivíduo que pretenda ultrapassar os limites, transgredir as normas, enganar o próximo, uma pessoa abusada.

É preciso lembrar que as intenções nem sempre se excluem no uso desses termos para chamar o outro. O afetivo, muitas vezes, está associado ao ofensivo. No sujeito que despreza o outro, em sua ilusão de superioridade, cabe uma “esmola afetiva”, uma condescendência sentimental. O diminutivo tem mais essa propensão para absorver e misturar as duas intenções.

Quando se usa o aumentativo, surgem outras nuances. Um “negão” pode estar sendo caracterizado como forte fisicamente, porém deficiente intelectualmente. A expressão serve, dessa forma, para sugerir que o indivíduo em referência é pouco inteligente e bastante cômico. Nos programas humorísticos isso pode ser constatado muito facilmente, em face do personagem negro. Quando um branco usa a mesma expressão pode estar querendo também mostrar intimidade com o outro,

amizade. Entretanto, ao recusar o nome do outro e preferir chamá-lo pela cor e raça, está afirmando nas entrelinhas a pretensa superioridade de sua brancura. Ou seja, “somos amigos, mas eu sou melhor do que você porque sou branco”. Isso não é dito, mas mora no fundo da fala, onde as intenções se escondem até mesmo do falante. Entretanto, os significados deslizam. Quando um negro diz “eu sou negão”, já passou para o pólo da afirmação racial. Está querendo dizer que não tem vergonha de sua origem, muito pelo contrário, tem orgulho, assume-se como afro-descendente.

“Negona” é um termo menos empregado. Entretanto, o machismo também aí não deixa de acrescentar seu julgamento, em geral pseudo-estético. Pseudo porque balizado pelo modelo branco de beleza (pele clara, nariz afilado, cabelos lisos, corpo magro). É um termo que tende mais para o sentido depreciativo, para caracterizar uma mulher de pele escura, feia; ainda que entre negros, no uso da palavra, possa haver uma reversão, no sentido de apontar uma mulher negra decidida, forte em seus argumentos e convicções.

“Preto” é o termo que os brancos mais usam entre si para falar do indivíduo de pele escura que está ausente. Conota desprezo, ainda mais por ser palavra mais apropriada às coisas, por caracterizar a cor em si. Também um grupo minoritário do Movimento Negro Brasileiro usa o termo “preto”, mas, aí, com a idéia de auto-afirmação coletiva.

Há, nessas variações, termos que se apresentam como se o falante quisesse amenizar os significados conflitantes das palavras “negro” e “preto”. O termo “moreninho” exemplifica bem essa tendência. O falante, no caso, quer dizer que o outro, não sendo tão escuro, merece uma consideração melhor. Essa situação espelha a ideologia do embranquecimento, para a qual, clareando a cor da pele, através da miscigenação, a população negra do Brasil iria desaparecer e o incômodo das relações racistas também seria extinto. Sintetizando, o racismo no Brasil prega (sem fazer estardalhaço) que quanto mais claro, melhor.

Tratar alguém por “mulato” segue praticamente o mesmo direcionamento intencional. Quando se trata de “mulata”, entretanto, é como já vimos: o sentido moral se destaca, pois a probabilidade é que se esteja tentando destacar uma mulher de sexualidade afiorada. A música popular e a literatura brasileira estão repletas de exemplos de “mulata assanhada”.

8. DISCRIMINAÇÃO E XINGAMENTO

O preconceito racial brasileiro exerce sua agressão alternando silêncios, cochichos, falas e berros. As duas primeiras formas são as mais empregadas, porque permitem que o racista se oculte enquanto age, mantendo a fachada de pessoa moralmente íntegra, mentalmente sadia. Verifica-se na prática do preconceito a ironia, o sarcasmo e a exasperação. As combinações são feitas de acordo com o grau da doença mental do indivíduo ou, em outros termos, da sua ilusão de superioridade epidérmica e racial.

O silêncio é a forma que mais permeia as relações raciais cotidianas. Cristalizou-se a idéia de que fazer vistas grossas e ouvidos de mercador é a melhor maneira de evitar conflitos raciais no Brasil. Assim, quando a relação está estabelecida com grande tensão ou se dá por meio de nítida hierarquização (patrão/empregado, policial/averiguado, chefe/subordinado etc.) é que o seu conteúdo latente explode. Como um furúnculo ao ser apertado, a relação racista põe para fora o seu pus. Mas, é preciso lembrar que mesmo em situações de igualdade entre as pessoas, sem hierarquia permeando suas relações, a necessidade de sobressair pelo viés do complexo de superioridade leva a muitas agressões silenciosas e verbais em todas as faixas etárias.

O silêncio das relações raciais no Brasil estabelece, também, nos contatos cotidianos, maneiras de atentar contra a identidade negra pelo não-dito. No jogo da discriminação racial brasileira, é grande a frequência com que negros vêem seu nome usurpado, seja pela recusa

do outro em dizê-lo, seja pela troca por um apelido. O fenômeno está ligado à rejeição, ao não-reconhecimento do outro.

O escritor estadunidense Ralph Ellison exemplificou bem esse problema, referindo-se à situação racial em seu país, quando, no prólogo de seu romance *Homem invisível*, escreve:

“Sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como os que assombravam Edgar Allan Poe, nem um desses ectoplasmas de filme de Hollywood. Sou um homem de substância, de carne e osso, fibras e líquidos – talvez se possa dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo que às vezes são exibidas nos mafuás de circo, estou, por assim dizer, cercado de espelhos de vidro duro e deformante. Quem se aproxima de mim vê apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu”
(Ellison, 1990, p. 7).

Essa negação de ver, esse movimento de anular o outro persiste mesmo depois que a sua presença fica estabelecida concretamente. Uma das maneiras de negá-lo, ainda assim, é ignorá-lo, impedindo-lhe a aproximação afetiva, tentando isolá-lo, ou, quando é impossível a não-comunicação, usa-se de expedientes como o de abolir seu nome, abolir aquilo que o identifica como pessoa. E o uso da palavra “negro” ou de suas variantes, como vimos no capítulo anterior, é empregado quase sempre para esse propósito, com o sentido de xingar, o que significa lançar mão do conteúdo de desprezo e desconsideração que a cultura cristalizou na palavra e usá-lo como quem atira uma pedra. Aí as palavras pesam, machucam, magoam, amedrontam, enraivecem.

“Moreninho”, “pretinho”, “neguinho” etc. são formas de recusa em

utilizar a identidade oficial do outro, com todo o vaivém das intenções no plano subjetivo. Ao empregar tais expressões, o racista quer explicitar a sua aversão aos negros em geral e àquele em particular. Quando o branco utiliza a palavra “negro” para xingar, está no lado oposto de quando o próprio negro a utiliza para afirmar a si próprio. O branco racista, em sua recusa, omite a palavra que identifica oficial e legalmente o indivíduo negro para, em seu lugar, fixar os significados pejorativos da palavra em sua dimensão generalizante, pois sabe que a recíproca não é verdadeira, ou seja, os significados pejorativos da palavra “branco” são ínfimos.

A dificuldade de combater essas formas distorcidas de tratamento está em que esse tipo de prática discriminatória não é visto como patologia.

Quando uma criança negra silencia após ser xingada de “negra”, ela se coloca em uma situação muitas vezes de não-entendimento perante aquela agressão. É a razão de ser agredida que lhe passa despercebida. O “olhar no vazio”, de que nos fala Eliane Cavalleiro, em seu livro *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*, para apontar a falta de reação da criança agredida, é o mergulho na reflexão. A criança se pergunta o porquê daquele comportamento do colega e não encontra resposta. Indaga-se: “Ser o que eu sou é motivo de riso por quê? Ele(a) é branco(a) e não rio dele(a) por isso. Por que, então, faz isso comigo?”.

A agressividade da criança branca e também dos adultos racistas tem como ponto de partida o seu complexo de inferioridade pessoal. São indivíduos que, em face de seus problemas íntimos não resolvidos, buscam compensação para aquilo que os atormenta e lhes causa tensões internas. Assim, atribuindo inferioridade ao outro, aparentemente livram-se da sua própria. E é no estoque de seu aprendizado racial que vão buscar sua plataforma de ataque, sabedores da impunidade que gozarão certamente. Ora, nesse aprendizado está a história da escravidão como é ensinada nas escolas. Exatamente porque a agressividade do escravo não tem seu capítulo desenvolvido nesse ensinamento, que o branco internaliza e com

isso desenvolve a sua neurose coletiva de superioridade biológica. A grande lacuna na história do Brasil é a vida, a luta, o projeto dos quilombos e todas as outras manifestações dos escravizados contra o regime que os submetia. Falta-nos, ainda, uma maior contribuição da psicologia e da psicanálise para que possamos deslindar as razões até mesmo do atraso desses estudos. Estariam também os próprios estudiosos minimizando tal neurose de caráter coletivo? Certamente, com relação à agressividade do escravo de ontem, se foi camuflada ou diminuída sua importância pelos historiadores brancos, tudo indica que há um conluio de não considerar o complexo de superioridade de raça como uma doença, pois ela causa sintomas supostamente apenas no “outro”.

Sabe-se que a experiência do nascimento é traumática por seu caráter de rejeição. Por isso o ser humano torna-se tão frágil diante dela ou de sua simples ameaça. Os crimes passionais, em geral, têm como motivo a separação, quer de namorados, quer de casais. Todo o arsenal de agressividade envolvido nas situações de ciúme traz a marca do medo da rejeição.

Ora, a manifestação racista é uma forma de rejeição brutal, pois não se baseia em algo real, mas em uma alucinação histórica: os brancos venceram os negros, escravizando-os, porque eram (e são) superiores. Se dissermos que os brancos eram mais agressivos e violentos, isso ainda sustentará a idéia de superioridade? Quando um bandido qualquer assalta, humilha, violenta e mata uma pessoa qualquer, podemos dizer que ele, bandido, é superior? Por que os povos seriam superiores por dominar outros povos? Afinal, não foi isso que aconteceu com os europeus em relação aos africanos e aos povos autóctones das Américas? Há, portanto, em jogo, a ética do vencedor pregando que a vitória justifica a violência.

No nosso dia-a-dia, tal fato passa despercebido, pois nossas relações parecem normais. Ficamos horrorizados quando os marginais exercem suas crueldades contra os cidadãos que trabalham e são ordeiros. Pois, se temos dentro de nós aquela ética do vencedor a qualquer custo, a ri-

gor não poderíamos nos escandalizar nem com a violência de bandidos nem com a de terroristas. Eles, também, estão exercendo aquela ética, cujo lema é: deve vencer o mais forte (em força física, em armas ou em astúcia). Esse é o sentido da barbárie. É o mesmo que leva membros de torcidas organizadas a assassinar o adversário que tão-somente torce para uma equipe de futebol contrária naquele determinado jogo, ou que veste a camisa manifestando a sua preferência.

Daí que se trata a prática de racismo, por menores que sejam seus efeitos aparentes, com a mesma permissividade de agredir o próximo com o intuito de vencê-lo, porque se crê superior pela violência que representou a escravização dos africanos e de sua descendência.

Enquanto no Brasil o complexo de superioridade de brancos e de mestiços em relação aos negros não for questionado, debatido e combatido, a tendência é que as vítimas passem a se defender na mesma medida ou em medida maior, pois historicamente, na humanidade, a vingança é desproporcional. E de pouco adiantará o constante vício intelectual de atribuir a culpa à vítima pelo seu infortúnio de ter sido agredida.

O silêncio da criança negra se lhe pode fazer mal pode também reforçar sua agressividade e resistência, constituindo esta última uma estratégia de sobrevivência. Sabe-se que o confronto direto só deve ser realizado quando se tem boa probabilidade de vitória. Mas fazer que uma pessoa nos odeie porque a destratamos e desprezamos parece fundamentar também a característica neurótica das pessoas racistas. Elas, tomando o negro como inimigo, pelo desprezo que lhe devotam, temem que a vingança advenha a qualquer momento. Os antigos diziam que o calado é vencedor. Entretanto, se o silêncio for apenas manifestação do medo que paralisa, a tendência é a de que, sendo repetidas as situações semelhantes, ele tenderá a aumentar, levando a pessoa a gerar comportamentos autodestrutivos ou explosões de ódio de conseqüências imprevisíveis.

O mundo infantil e adulto está repleto de situações cotidianas

de discriminação racial. Vários profissionais têm apontado isso. A convivência da maioria, no entanto, tem dificultado a abertura ampla de debates a respeito.

O xingamento racial é um índice importante através do qual se pode desenvolver uma reflexão a respeito das razões profundas embutidas em tal comportamento e propiciar, assim, que se pense em medidas no campo da educação para a cidadania do povo brasileiro como um todo. Sem dúvida que o complexo de superioridade do branco deverá ser tema privilegiado para a abordagem do assunto, apesar das resistências óbvias que surgirão, pois equacionar é simples: se há racismo e o racismo é crime pela Constituição do Brasil, precisamos, para eliminá-lo, atacar as suas causas, sejam elas as mais variadas e nos mais diferentes ramos da atividade humana, e combater seus agentes, seja pela condenação judicial, seja pela recuperação de sua sanidade mental.

Com relação aos nomes, especialmente na mente doentia, talvez possa ocorrer um esquecimento súbito para, imediatamente, apelar para o seu substituto racial. Freud, ao analisar a falha de memória para lembrar nomes, cita o que chama de uma “corrente contínua de auto-referência” que perpassaria os nossos pensamentos, da qual não teríamos consciência. Ou seja, a necessidade de lembrar é bloqueada porque o nome que se deseja lembrar estaria associado a algo desagradável na vida pessoal. “É como se eu estivesse obrigado a comparar comigo tudo o que ouço a respeito de outras pessoas; como se meus complexos pessoais fossem postos em alerta todas as vezes que tenho notícia de outra pessoa. (...) O motivo do esquecimento de um nome também pode ser mais sutil, consistir no que se poderia chamar de um ressentimento ‘sublimado’ contra seu portador” (Freud, 1987, p. 38). Haveria algum ressentimento contra negros de forma geral? É provável que a condição de escravo, componente da memória cultural, que o racista imediatamente associa à pessoa negra, seja o que ele busca restaurar em seu imaginário no momento em que se nega a dizer-lhe o nome, até mesmo pelo motivo de uma instantânea falha de memória. Aquela lembrança para a pessoa racista branca (ou

que se julga como tal, pois mestiços e orientais também discriminam o negro) traz a analogia paralela de sua identidade com o escravizador, o que, embora reacenda um sentimento de culpa que se quer evitar – pois ele justificaria um revide de ódio por parte da pessoa negra –, na hipótese em causa, teria o propósito de reacender a neurose da superioridade, o que garantiria um *status* no qual se estaria fora do perigo da vingança e se sentiria vitorioso no jogo da competição social. Estabelecer o privilégio perdido de senhor de escravo, no plano da fantasia, significa restabelecer a antiga distância entre brancos e negros e garantir aquela neurose. Por isso, certas pessoas brancas não suportam a discussão a respeito das questões inter-raciais, pois ela revelaria sentimento, ameaçaria colocar a nu a identidade íntima com o escravizador. Portanto, nessa circunstância, o querer esquecer implica uma memória coletiva e sua relação com a história, pois, ao mesmo tempo que faz reavivar a culpa, reforça a identidade com o mais poderoso. Renunciar àquela busca de identidade com o senhor de escravo seria o caminho para o branco aceitar sentir-se igual ao negro em termos de cidadania, em termos de humanidade, em termos de solidariedade. Pode parecer exagero tentar identificar os mecanismos dessa doença, mas ele, por vezes, mostra seu rosto na produção cultural brasileira. Quando Ataulfo Alves compôs a música “Mulata assanhada”, foi explícito neste trecho:

*“Ai, meu Deus
Que bom seria
Se voltasse a escravidão
Eu pegava a escurinha
Prendia no meu coração
E depois a pretoria
É quem resolvia a questão”.*

Ataulfo Alves era um compositor negro, contudo, forneceu aos brancos um estímulo metafórico de identidade com a casa-grande. “Ai, meu Deus/ Que bom seria/ Se voltasse a escravidão” são os versos que talvez tenham garantido o sucesso da música, pois atendem de pronto

o desejo recalcado de milhões de brancos brasileiros, não para prender alguém no coração, como diz a música, mas para garantir a certeza de sempre ter alguém para vencer na competição. O compositor contemplou em sua música as expectativas de seus fãs consumidores de música, em sua maioria brancos.

Para ajustar ainda mais essa recusa de pronunciar o nome de uma pessoa negra, o racismo implantou na linguagem inúmeros estereótipos, que funcionam como estoque de justificativas internas para reforçar tal identificação histórica e um possível esquecimento momentâneo. Um lapso dessa natureza ganha foros de proposital, pois quando se busca compensação íntima, balizando-se pela ética da violência velada, a idéia de não deparar com mais um adversário na sociedade competitiva pode representar um alívio. Entretanto, isso significa a declaração de uma guerra, da qual o estado de alerta que se tem de manter nos dá a idéia de que as relações continuarão tensas ou que, por meio de uma educação profunda, poderão distender ambos os lados que se alimentam de ódio: o racista e sua vítima.

9. DISPUTA ENTRE AS CRIANÇAS E A AGRESSÃO AO NOME

A educadora Ana Célia da Silva, em seu livro *A discriminação do negro no livro didático*, discutindo como a escola, por meio de conteúdos de livros que adota, silenciosamente atua como agente propagador do racismo, destaca:

“Como acontece no cotidiano, a criança negra quase nunca tem nome, ela é denominada por apelidos ou pela cor da pele, assim como o é a maioria dos adultos e velhos” (Silva, 1995, p. 66-67).

É conhecida a idéia de que criança repete o que adulto fala e faz. No campo da discriminação racial essa noção tem sua validade, pois

na escola, por exemplo, os valores transmitidos em casa são veiculados durante a aula e nos intervalos. Uma criança branca cujos pais são racistas tenderá a ser também racista, sobretudo em seu período inicial de aprendizado das relações sociais, quando a imitação é uma das formas privilegiadas de adquirir conhecimento. Em sua relação com as demais crianças certamente manifestará a agressividade pressuposta no comportamento de seus pais, seja implícita ou explicitamente.

Há professores que não coíbem tal manifestação, especialmente quando ela é silenciosa, apesar de seu caráter de corrosão. São pessoas que imaginam a sua convivência completamente fora do alcance da crítica e da punição. Algumas, por serem também racistas, sentem-se contempladas em sua criminalidade através da ação preconceituosa de uma criança contra a outra.

No campo educacional, desfazer noções de intolerância, que ao longo dos anos foram introjetadas na mente das crianças, é a grande missão do professor. Qualquer conteúdo didático do currículo não supera a importância da ação de corrigir o rumo dos alunos. Professor é, sobretudo, professor de vida.

Entretanto, surge a pergunta: como se pode ensinar o que não se sabe? Quando um professor, ele mesmo, costuma chamar ou referir-se a seus alunos empregando expressões como “moreninho”, “neguinho”, “pretinho”, ou outras variantes, é possível que ele exija um comportamento diferente de seus alunos? Serenamente, a resposta é: não! Superar seus próprios limites e dificuldades de relacionamento (e chamar alguém pela cor da pele ou traços étnicos é uma dificuldade, se não for uma doença) e fazer desse propósito evolutivo um constante aprendizado são o caminho dos que se pretendem felizes, e o professor, pela responsabilidade formadora que tem, não pode ficar alheio a esse propósito. À sua volta, centenas de crianças estão aguardando as indicações que as municiem não apenas de conhecimento técnico, mas, sobretudo, humano, para seguirem em frente ousando sonhar. Evidentemente, o relacionamento entre elas é mediado pelo professor dentro da sala de aula.

Quando a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, foi assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o ganho para a sociedade brasileira, através da melhoria do currículo escolar, com a determinação para que seja ensinada a “História e Cultura Afro-brasileira”, não prescinde do cuidado que a direção das escolas e seu corpo docente devem ter com o relacionamento interpessoal de professores, alunos e funcionários. Não se pode descuidar de algo tão fundamental para que a produção do saber possa efetivamente ocorrer a contento.

Sabemos que a evasão escolar, o pouco aproveitamento de milhões de alunos, além das condições que podem ser detectadas materialmente também são causados pelo tipo de relacionamento que a escola promove em seu meio. Ora, uma criança que, no meio em que vive, nem sequer tem direito a ser chamada pelo seu nome como pode ter entusiasmo para continuar? Uma criança que sofre a rejeição dos colegas porque é afro-descendente e traz esses traços bem visíveis em seu aspecto físico como pode ver aflorar todo o seu potencial criativo e intelectual em um ambiente hostil?

A omissão da escola tem contribuído para a perpetuação das injustiças raciais, por contribuir com crianças e professores algozes de crianças e jovens negros.

10. PROFESSOR ENQUANTO UM DECORADOR DE NOMES

Quando nossa relação diária se dá com um grande número de pessoas e é permanente durante um período, um dos nossos desafios é decorar o nome de cada um daqueles com quem convivemos.

Muitas pessoas desenvolvem técnicas particulares de associação, outras apelam para algum manual de relações interpessoais que as auxiliem nessa tarefa.

O professor, em especial, é um daqueles profissionais que chegam a se relacionar diária e diretamente com centenas de pessoas.

Em nosso primeiro capítulo, demonstramos o elo entre a voz que chama alguém e a produção de um estado de alerta em quem é chamado. Podemos refletir: o nome é sagrado (lembramos as várias formas de batismo) principalmente porque permite este momento especial de nos reconhecermos uns aos outros, momento de evocação.

Quando, diariamente, o professor faz a chamada em sala de aula, ele estabelece com cada um de seus alunos o instante mágico do reconhecimento: presente! Não apenas passado ou sonho de um amanhã. Ao reconhecer seu nome e dizer que ali está, o aluno faz viva a sua identidade pessoal que, seja a que pretexto for, não deve ser vilipendiada em outros momentos de vida na escola nem mesmo fora dela. Com a chamada, a sala de aula reacende as individualidades todas, tornando iluminado um mosaico de diversidade humana. É a oportunidade do reconhecimento do indivíduo diante de seu grupo.

Daí que, ao reconhecer o aluno pelo nome, o professor dá mostras de não apenas ter boa memória, mas, sobretudo, de ter espírito elevado, mais ainda se souber, além de guardar os nomes, decorá-los com bons adjetivos.

Decorar é também colorir, enfeitar. E quando se trata de nome, o resultado é um sorriso que desabrocha no rosto de alguém que se sente valorizado e reconhecido.

Referências bibliográficas

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica: ensaio sobre o homem*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

ELLISON, Ralph. *Homem invisível*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

FREUD, Sigmund. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KLUCKHOHN, Clyde. *Antropologia – Um espelho para o homem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse (Orgs.). *Negros e currículo*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros – NEN, 1997. Série Pensamento Negro em Educação, v. 2

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade*. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVER, Nelson. *Todos os nomes do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edufba, 2001.

SILVA, Edilson Marques da Silva. *Negritude e fé: O resgate da auto-estima*. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Carlos Queiroz”, 1998.

GLOSSÁRIO DA COLEÇÃO

Auto-aceitação: ato ou efeito de aceitar a si mesmo; acolhimento. Disposição de experimentar, acolher e assumir responsabilidades pelos próprios pensamentos, sentimentos e ações.

Auto-estima: sentimento amoroso que uma pessoa é capaz de nutrir por si mesma. Reconhecimento e valorização das próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos e respeito às próprias imperfeições e limitações.

Axé: palavra de origem iorubá que significa força vital. Trata-se da força-ser que estrutura o universo. Em língua bantu: ntu.

Casa-grande: habitação senhorial, geralmente o centro de uma propriedade rural (engenho de açúcar, fazenda de café ou gado) em que habitavam o senhor proprietário, seus familiares e agregados.

Discriminação positiva: termo usado atualmente com a finalidade de reparar erros que foram secularmente cometidos e endossados pela sociedade. Exemplos: bancos diferenciados para idosos no transporte coletivo; cota mínima para mulheres nas representações de partidos políticos; cota mínima para indígenas e afro-descendentes nas instituições de ensino superior.

Discriminação racial: ato de discriminar uma pessoa tendo como base sua raça/cor da pele, com a intenção de preteri-la, ofendê-la, excluí-la ou inferiorizá-la. Pode ser um ato explícito, dirigido diretamente à pessoa-alvo, ou um ato camuflado.

Discriminar: separar com base em categorias. Por exemplo, ao criar a categoria cor, discrimina-se o azul do amarelo, do roxo, do preto, do cor-de-rosa. Ao criar a categoria som: discrimina-se o som alto do baixo, do agudo, do grave. A discriminação deixa de ser somente um ato de separação que visa organizar algo dentro de categorias inventadas pelos humanos quando é apoiada em valores por meio dos quais são estabelecidas hierarquias.

Estereótipo: clichê, rótulo, modelo rígido e anônimo, com base no qual são produzidos, de maneira automática, imagens ou comportamentos. Chavão repetido sem ser questionado. Parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo.

Estigma: refere-se a algum atributo ou qualidade de natureza depreciativa que se apresentam como verdadeiros, mas que de fato foram forjados nas relações sociais, geralmente num contexto de disputa ou competição. Por isso, o estigma, quer individualmente ou socialmente, pode ser usado, por exemplo, como instrumento para justificar a exclusão de uma pessoa ou grupo da participação efetiva na sociedade.

Flexibilidade: qualidade de flexível, elasticidade; capacidade dos indivíduos de enfrentarem as mudanças sem apegos inadequados ao passado e sem dificuldades para lidar com o que é novo.

Identidade: produto dos papéis sociais que o sujeito assume em suas relações sociais; sentimento que uma pessoa tem de possuir continuidade, como distinguível de todas as outras. “Os termos ‘identidade’ e ‘subjetividade’ são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. ‘Subjetividade’ sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem somos’. (...) As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (Kathryn Woodward).

Identificação: processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro, e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constituiu-se e diferencia-se por uma série de identificações.

Personalidade: organização constituída por todas as características cognitivas, afetivas e físicas de um indivíduo; o elemento estável da conduta de uma pessoa; sua maneira habitual de ser, aquilo que a distingue de outra.

Preconceito: “é um juízo preestabelecido, baseado em mera crença ou opinião que formamos sem conhecer devidamente a realidade sobre a qual nos manifestamos. Portanto, pré-conceito significa ‘conceito prévio’, formulado sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar nossos julgamentos ou opiniões” (Renato Queiroz). “O preconceito é entendido, em geral, como uma atitude hostil em relação a um grupo de indivíduos considerados inferiores sob determinados aspectos – morais, cognitivos, estéticos – em relação ao grupo ao qual o preconceituoso pertence ou almeja pertencer” (José Leon Crochik).

Preconceito racial: concepção sem exame crítico, formada a priori, transmitida culturalmente de geração em geração. Caracteriza-se por idéias assumidas com propriedade, sem reflexão sobre sua racionalidade e sobre a conseqüência de aderir ou não a elas.

Psique: a alma, o espírito, a mente.

Psiquismo: conjunto de fenômenos ou de processos mentais conscientes ou inconscientes de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

Racismo: explicação criada, no século XIX, para justificar a ação política de discriminação, segregação, exclusão e eliminação baseada na idéia de que existem raças humanas com características determinadas e imutáveis, atribuídas a todos os indivíduos pertencentes a este grupo e transmitidas hereditariamente. A cada raça biológica corresponderiam também traços de cultura, valores, ciências, de modo que as “raças” mais evoluídas deveriam dominar e comandar as menos evoluídas, para o bem da própria humanidade. O racismo é uma ideologia ou forma de dominação que explica e justifica que essas supostas raças superiores dominem ou eliminem as consideradas inferiores.

Senzala: espaço, na casa-grande ou sobrado senhorial, reservado ao abrigo dos escravos. Geralmente de uma só porta e sem janelas para evitar fugas. Lugar insalubre onde se prendiam homens e mulheres de todas as idades. Na origem (Angola), significava “residência familiar”.

Subjetividade: dimensão do ser humano que está para além dele, não se restringindo a uma essência interna. É constituída pelos níveis individual e social; é histórica, construída e se desenvolve nos processos das relações sociais dentro das culturas onde as pessoas vivem.

Quilombo: na origem (Angola), significa acampamento e, por extensão, os locais onde se reuniam os prisioneiros destinados à escravidão antes de serem embarcados nos tumbeiros. No Brasil, desde a Colônia, ganhou nova conotação a partir do momento em que o refúgio/acampamento de escravos fugidos passou a ser identificado para combate e desmantelamento. A palavra mocambo também é utilizada com o mesmo significado, embora na origem (quicongo) designe telhado de habitação miserável.

Valores civilizatórios africanos: no Brasil existem valores originários da matriz africana que constituem elementos fundadores de nossa cultura: solidariedade, sociabilidade, hospitalidade, gestualidade, musicalidade.

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola* é composta pelos seguintes volumes:

1. Percepções da diferença.

Autora: Gislene Aparecida dos Santos

2. Maternagem. Quando o bebê pelo colo.

Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

3. Moreninho, neguinho, pretinho.

Autor: Cuti

4. Cabelo bom. Cabelo ruim.

Autora: Rosângela Malachias

5. Professora, não quero brincar com aquela negrinha!

Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

6. Por que riem da África?

Autora: Dilma Melo Silva

7. Tímidos ou indisciplinados?

Autor: Lúcio Oliveira

8. Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra.

Autora: Antônia Aparecida Quintão

9. Brincando e ouvindo histórias.

Autora: Sandra Santos

10. Eles têm a cara preta!

Vários autores

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0083-3 (Vol. 1)